

PERSPECTIVAS DE COMUNICAÇÃO POPULAR PARA DEMOCRATIZAR A CIDADANIA CULTURAL: análise das práticas comunicacionais do programa nacional dos comitês de cultura¹

PERSPECTIVES OF POPULAR COMMUNICATION FOR DEMOCRATIZING CULTURAL CITIZENSHIP: An Analysis of the Communicational Practices of the National Program of Culture Committees

Alicia Moreira Felix ²

Brunna Vasconcelos³

Camila Rezende⁴

Giovanna Liz Cabral⁵

Rafaela Zimkovicz⁶

Resumo: A Política Nacional Cultura Viva inaugurou uma arquitetura de financiamento e governança que têm incentivado a cultura como uma rede capilarizada de múltiplos saberes e linguagens (Bentes, 2019). Ainda assim, enfrentamos desafios na democratização dos direitos culturais. Entre eles, a dificuldade em construir uma comunicação acessível e participativa. Diante disso, este estudo investiga quais práticas comunicacionais os comitês estaduais do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (MinC) desenvolvem, avaliando o potencial de formação de redes socioculturais com a sociedade civil. A partir de referenciais da comunicação popular e decolonial, mapeamos problemas que persistem desde o Programa Cultura Viva e realizamos uma etnografia digital para mapear quais formatos, linguagens e conexões os Comitês de Cultura articulam nas redes digitais. Verificamos uma tendência difusãoista de parte dos comitês, uma baixa integração com a comunicação popular e dificuldades de dinamização das estratégias de comunicação digital. Ao fim, indicamos boas práticas realizadas por alguns comitês, organizações e coletivos culturais.

Palavras-Chave: Democratização 1. Programa Nacional dos Comitês de Cultura 2. Redes Socioculturais 3. Comunicação Popular 4. Comunicação pública digital 5.

Abstract: The National Living Culture Policy introduced a new financing and governance framework that has promoted culture as a capillary network of diverse knowledge and languages (Bentes, 2019). Nevertheless,

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Atua no Eixo de Linguagem Simples do Laboratório de Cultura Digital (LabCD-UFPR/MinC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS UFPR). E-mail: aliciafelix8@gmail.com.

³ Atua no Eixo de Linguagem Simples do Laboratório de Cultura Digital (LabCD-UFPR/MinC). Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: brunnavasconcelos0604@gmail.com

⁴ Coordenadora do eixo de Linguagem Simples do Laboratório de Cultura Digital (LabCD-UFPR/MinC). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: camilararezende@gmail.com.

⁵ Atuou como bolsista de pesquisa do Laboratório de Cultura Digital (LabCD-UFPR/MinC). Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: glizcabral@gmail.com.

⁶ Atua como bolsista de pesquisa do Laboratório de Cultura Digital (LabCD-UFPR/MinC). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS UFPR). E-mail: rzimk@hotmail.com.

challenges remain in the democratization of cultural rights, particularly in creating accessible and participatory communication. This study explores the communication practices developed by the state committees of the National Program of Culture Committees (MinC), assessing their potential for forming sociocultural networks with civil society. Drawing on theories of popular and decolonial communication, we identify ongoing issues from the Living Culture Program and conduct a digital ethnography to examine the formats, languages, and connections the Culture Committees establish in digital networks. We observed a diffusionist tendency among some committees, limited integration with popular communication, and difficulties in streamlining digital communication strategies. Finally, we highlight successful practices implemented by certain committees, organizations, and cultural collectives.

Keywords: Democratization 1. National Program of Culture Committees 2. Sociocultural networks 3. Popular communication 4. Digital public communication 5.

Introdução

Este trabalho é resultado das reflexões, pesquisas e intervenções metodológicas que temos desenvolvido no Laboratório de Cultura Digital (LabCD). Este laboratório é um Termo de Execução Descentralizada (TED)⁷ pactuado entre a Universidade Federal do Paraná e a Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura (SCC-MinC) para debater, estudar e criar soluções relacionadas à cultura no Brasil. O projeto está em sua terceira edição e reiniciou as atividades em 2024, acompanhando a retomada das políticas públicas de cultura do governo Lula III. Em 2023, o governo recriou o MinC e nomeou a gestão de Margareth Menezes, que definiu entre as pautas prioritárias a promoção e proteção da diversidade cultural; e a implementação de políticas de acessibilidade cultural⁸ (Cassela, 2023).

Nesse contexto, temos acompanhado algumas das dificuldades de democratização plena das políticas culturais, como: os entraves de participação que comunidades indígenas enfrentam ao pleitear editais que desconsideram a oralidade como uma ferramenta de apresentação de projetos e exigem o uso de sistemas digitais complexos⁹; e os desafios de municípios e estados com menor infraestrutura para divulgar editais e acolher dúvidas de agentes culturais, causando a retenção de verbas de fomento¹⁰.

⁷ É o instrumento que regulamenta a obtenção de recursos por meio de agências de fomento ou de órgãos públicos para execução de projetos.

⁸ A gestão de Margareth Menezes no Ministério da Cultura (MinC) implementou programas-chave para fortalecer a cultura nacional. O Plano Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC) visa organizar políticas culturais de forma descentralizada, promovendo uma ação conjunta entre os diferentes níveis de governo e garantindo a continuidade das iniciativas culturais através de comitês estaduais. Já a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi criada para apoiar o setor cultural através de um financiamento contínuo à cultura, garantindo repasses anuais da União para Estados, Distrito Federal e Municípios (Ministério da Cultura, 2025).

⁹ Esses pontos foram apresentados pelas representações indígenas do Acre na 4ª Conferência Nacional de Cultura (Brasília, janeiro/2024), como relatado por Daniel Iberê.

¹⁰ O estado do Acre, por exemplo, teve 9% de execuções nulas e 22% de execuções incompletas na vigência da Lei Aldir Blanc 2021. Fonte: Dados da execução da Lei Aldir Blanc 2021. Sistema Nacional de Cultura, 2021. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/indicadorescultura/>

A partir disso, é possível identificar que a comunicação constitui um nó sensível dos percursos de implementação das políticas públicas de promoção e acesso à cultura. Dado esse desafio, buscamos desenvolver estratégias metodológicas que fortaleçam a cultura em sua capilaridade de interlocutores, considerando as redes de atores que produzem culturas a partir de diferentes posições (gestores, pontos de cultura, comitês, artistas, coletivos, produtores)¹¹ e identidades, e compreendendo sua inserção transversal na sociedade como “centro de um embate em torno de outro modelo de desenvolvimento e radicalização da democracia, como um campo expandido, que é a porta de entrada para os direitos sociais” (Bentes, 2016, p. 88).

Para isso, temos mobilizado a Linguagem Simples (LS) como uma de nossas ferramentas. Esta é uma abordagem comunicacional que tem como objetivo democratizar a informação e disseminar a justiça linguística, seguindo o princípio de que uma comunicação pública, que se dirige à sociedade, precisa se fazer comprehensível para diferentes públicos, que apresentam variados conhecimentos específicos, habilidades cognitivas e barreiras sociais. Para isso, a LS combina técnicas de pesquisa sociodemográfica, acessibilidade (como o design visual) e arquitetura da informação.

Ela se consolidou como ferramenta comunicacional para os governos a partir de 1970 no Norte Global e, nas últimas duas décadas, têm adentrado na governança pública brasileira. Segundo os levantamentos realizados no Laboratório de Cultura Digital, 87 instituições (REZENDE *et al.*, 2024) utilizam Linguagem Simples no Brasil. Entre elas, destacam-se o Poder Judiciário (Tribunais Regionais e Estaduais), o setor de comunicação do Poder Legislativo Federal, e as secretarias e laboratórios de inovação do Poder Executivo, tanto na esfera federal, quanto nas representações estaduais. As instituições aplicam-na, especialmente, em manuais de comunicação para atendimentos públicos, documentos legislativos e editais.

Desse modo, ela se vincula de maneira notável com as perspectivas da comunicação pública, propondo uma escuta dos públicos para construir processos comunicacionais informativos em favor da cidadania (Koçouski, 2012, p. 85). Ainda assim, mantém-se certa verticalidade do processo comunicacional e de governança, ao passo que as políticas públicas

¹¹ Os Pontos de Cultura são espaços ou grupos culturais que recebem apoio do governo federal para promover atividades culturais em comunidades, com o objetivo de fomentar a diversidade e o acesso à cultura. Já os Comitês de Cultura são instâncias participativas compostas por organizações da sociedade civil, que realizam atividades de mobilização social, formação em direitos e políticas culturais, apoio à elaboração de projetos, parcerias, comunicação e difusão de informações sobre políticas culturais nos territórios.

são veiculadas (polo emissor) para as populações beneficiárias (polo receptor) (Koçouski, 2021, pp. 79-80).

À medida que dialogamos com os múltiplos movimentos culturais e repertórios teórico-metodológicos de comunicação desenvolvidos para fortalecer a cidadania, identificamos a participação e a pluralidade de saberes como dois eixos centrais das práticas de comunicação de políticas públicas junto à sociedade civil¹². Portanto, a cultura demanda práticas comunicacionais necessariamente polifônicas e rizomáticas – as linguagens e conexões digitais não configuram somente um perfil de comportamento, mas as próprias vias de circulação e territorialização das identidades, políticas e direitos culturais. Desse modo, entendemos que a *comunicação alternativa, democrática e popular* (Peruzzo, 2022) e a *comunicação decolonial* (Aguiar, 2024) fornecem rotas para contextualizar e mapear as barreiras de efetivação da cidadania cultural, bem como estratégias metodológicas de inovação para superá-las.

A comunicação alternativa, democrática e popular é uma tecnologia social de participação desenvolvida no âmbito dos movimentos sociais latino-americanos, entre 1990 e 2010 (Peruzzo, 2022). Enquanto os Estados promoviam políticas de radiodifusão, alinhadas às matrizes de “Comunicação e Desenvolvimento” (anos 1960) e “Comunicação e Cidadania” (anos 1980), em perspectiva verticalizante, difusionista, os movimentos sociais e culturais gestaram processos participativos de comunicação social:

Nessas perspectivas, os elementos centrais (Gumucio-Dagron, 2012) passam a ser a defesa da participação democrática na comunicação, a horizontalidade na tomada de decisões, a valorização das identidades e das culturas e o caráter dialógico das relações. Nesse sentido, os processos comunicacionais são mais valorizados do que os produtos produzidos, visto que se dão na práxis de intervenção social por mudança da realidade de grupos em condições de vulnerabilidade, de comunidades e de movimentos sociais, sempre voltados à conscientização, à educação para a cidadania e no contexto de lutas pelo reconhecimento de direitos (Peruzzo 2022, pp. 36-37)¹³.

¹² A ausência de mecanismos de participação efetiva nas políticas culturais é extensamente criticada entre ativistas indígenas e representantes de organizações sociais das comunidades tradicionais, como expõe Guzmán (2016, p. 26): Trazida para o mundo das políticas públicas, a condição negativa da subjetividade indígena se torna um apelo constante pela “inclusão” na política oficial e dominante e, portanto, no sistema dominante de soberania estatal que tem servido como a base primordial das nossas relações intra- e internacionais desde a Paz de Vestfália no século XVII.¹¹ Como consequência, as possíveis respostas ou resoluções para a “questão” ou o “problema do índio” tendem a residir no poder ou vontade do Estado de conceder direitos “diferenciados” constitucionais – uma resposta [...] que resulta ser gravemente insuficiente em todos os casos tratados”.

¹³ Peruzzo (2022) também destaca a organicidade, territorialidade, interculturalidade e afetividade como pilares estruturantes dessa perspectiva: “é baseada em princípios como: contribuir com os processos mobilizadores da própria comunidade, difundir conteúdos com finalidades educativas e culturais e a ampliação da cidadania, não ter fins lucrativos e propiciar a participação ativa da população em todo o processo do fazer e gestar a comunicação e seus canais, se for o caso” (Peruzzo, 2022, p. 80).

A comunicação decolonial renova a potência participativa da comunicação popular. Como explica Aguiar (2024), esta perspectiva também é fruto das lutas e rebeldias epistêmicas da América Latina, estruturando uma crítica às relações de reprodução da colonialidade e seus mandatos de subjuguamento racial, cultural e subjetivo (de gêneros, sexualidades e epistemes) no campo comunicacional. Em resposta, ela estimula estratégias que dialoguem com as “subjetividades e saberes excluídos [...]”, em um diálogo transversal permanente com pretos, pardos, povos tradicionais, pobres, mulheres cis e trans, e todos aqueles que historicamente têm sido marginalizados em relação às estruturas de poder” (Aguiar, 2024, p. 2).

Acompanhando essas perspectivas, estruturamos este estudo segundo a hipótese de que as práticas de comunicação dos entes que articulam as políticas culturais entre Estado e redes culturais ainda performam relações difusãoistas, isto é, de divulgação de comunicados e mensagens institucionais, secundarizando estratégias de interlocução com movimentos culturais e grupos da sociedade. Selecionamos como objeto de investigação os 27 comitês estaduais do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (MinC), dado seu protagonismo em “desenvolver atividades de mobilização social, formação em direitos e políticas culturais, apoio à elaboração de projetos e parcerias, comunicação social e difusão de informações sobre políticas culturais nos territórios” (Ministério da Cultura, 2024). Temos o objetivo de analisar suas práticas comunicacionais para mapear suas estratégias, avaliando os obstáculos e o potencial de formação de redes socioculturais com a sociedade civil, e então propor caminhos possíveis para impulsionar a democratização das políticas culturais.

Para isso, na primeira parte do artigo apresentaremos o conceito de cidadania cultural na perspectiva decolonial. Na segunda parte, apontaremos os principais obstáculos que as políticas públicas culturais enfrentaram, dando enfoque à análise do Programa Cultura Viva (PCV). Em seguida, vamos analisar as práticas de comunicação dos comitês, com base no levantamento e categorização diagnóstica dos perfis de Instagram. Por fim, apresentaremos um levantamento de boas práticas para superar esses desafios, propondo estratégias mapeadas a partir de comitês, organizações e coletivos culturais, com ênfase no uso das redes digitais e da oralidade.

1. Cidadania cultural

Cidadania cultural é um conceito que tem ganhado relevância pois é um dos elementos que diz respeito à integração plena dos indivíduos na vida social e cultural de suas comunidades. O termo consiste no princípio de que o acesso, a participação, a produção e o aproveitamento das manifestações culturais é um direito dos cidadãos.

Nesta concepção, portanto, o direito à cultura é considerado um dos pilares fundamentais para a cidadania íntegra, alinhando-se com uma definição de cidadania proposta por Thomas Humphrey Marshall, na qual o autor relaciona o desenvolvimento de cidadania ao progresso e conquista de três direitos, surgidos e afirmados cada qual em um século diferente: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais (2017, MASTRODI, J.; AVELAR, A. E. C.).

Além do reconhecimento conceitual e jurídico internacional¹⁴, os direitos culturais foram legitimados como esferas da cidadania no Brasil pela Constituição de 1988 (art. 215)- “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

De todo modo, foram necessários uma série de embates teórico-políticos nos anos 1990 e 2000 para re-enquadrar o Estado em uma posição de diálogo com a diversidade cultural, recusando o modelo do Estado como ente unilateral que define o que é cultura e o que merece ser fomentado, que tendia a negar a manifestações populares, como o hip-hop, a possibilidade de ocupar essa posição pública.

Portanto, quando pensada a partir de uma perspectiva decolonial, a cidadania demanda um exercício de ruptura com as estruturas hierárquicas que historicamente definiram quais expressões culturais são legítimas e podem ocupar os espaços institucionais, assim como da própria centralidade dos espaços institucionais para valorização de uma manifestação cultural. Esta perspectiva nos ajuda a compreender como determinadas práticas culturais foram subalternizadas não apenas por seu conteúdo, mas pelos próprios modos de fazer, transmitir e preservar saberes que não se enquadram na lógica da modernidade-colonial branca:

¹⁴ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, art. 27): “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.”

E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Dai, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (González, 1984).

As práticas de comunicação utilizadas para conectar políticas públicas e sociedade vão pelo mesmo caminho. As primeiras perspectivas de comunicação pública se orientavam para a radiodifusão e a prática de “Comunicação e Desenvolvimento”, exercendo uma lógica de colonialidade entre “emissor”, ente dotado de saber, como valores civilizatórios e as agendas desenvolvimentistas, e “receptor”, sujeito subjugado:

Na perspectiva ocidental, a compreensão predominante do fenômeno comunicacional era, em grande parte, limitada a uma visão tecnocêntrica, que implicava na simples transmissão de mensagens de um emissor central para receptores periféricos diversos. Essa concepção reduz o fenômeno comunicacional a um produto da modernidade cujo objetivo primordial é ratificar a lógica da subalternização e perpetuar, assim, a colonialidade do poder, do saber e do ser. Como destacado por Eloína Lara (2023b, p. 93, tradução nossa), “O projeto civilizatório moderno/colonial não poderia ter sido estabelecido sem a dominação do sistema representacional e comunicacional”. A Comunicação (campo de saber) foi moldada pela colonialidade, o que suscitou a emergência de uma concepção de comunicação (processo social) instrumental “através do qual um emissor ativo pode atingir seus objetivos de controle – e, portanto, de poder – sobre um, vários ou muitos receptores passivos ou meramente reativos, utilizando para isso, quase sempre, meios tecnológicos que canalizam e distribuem as mensagens” (TORRICO, 2019, p. 94). Implícita no padrão predominante de compreensão da comunicação encontra-se uma hierarquia colonial subjacente de pessoas e povos, eis porque “a comunicação é o vetor que articula o poder do projeto totalizante da modernidade/colonialidade (LARA, 2023b, p. 94, tradução nossa)”. O que está em questão é a aceitação implícita de que o emissor representa o colonizador, enquanto o receptor assume o papel de colonizado. A partir dessa dinâmica de imposição mecânica, o colonialismo persiste, resultando em desumanização e na incomunicação.

Desse modo, quando reformulamos as políticas culturais para que valorizem sujeitos historicamente vulneráveis, como realizado pela Instrução Normativa da PNAB¹⁵, mas mantemos uma política de comunicação que não consegue fazer com que gestores, comitês culturais e movimentos culturais se conectem, dialoguem e fortaleçam as redes culturais, reproduzimos uma condição de governança pavimentada pela colonialidade do poder - a persistência de relações de dominação que se manifestam nos modos de organizar, validar e distribuir recursos e conhecimentos.

Neste sentido, a cidadania cultural em perspectiva decolonial dialoga diretamente com a noção de um fazer cultural em rede, capaz de implementar mecanismos participativos não só no desenho de políticas públicas, mas também dos fluxos comunicacionais, consolidando uma mudança de cultura política por meio da mobilização de saberes subalternizados: “um processo de construção conjunta de redes de cultura (redes de povos de terreiro, redes de mídia livre, redes do funk, redes de produtores e agentes culturais etc.) [...], capaz de rivalizar com a indústria cultural e fazer disputas narrativas” (Bentes, 2016, p. 91).

A perspectiva decolonial nos permite, portanto, ampliar a própria noção de cidadania cultural para além do acesso a bens e serviços culturais já legitimados. Trata-se de reconhecer o direito à produção cultural em suas múltiplas manifestações, incluindo o direito de definir o que conta como cultura e como esta deve ser fomentada, preservada e comunicada. Este entendimento é crucial para analisar os desafios enfrentados desde o Programa Cultura Viva e as práticas comunicacionais dos comitês de cultura hoje.

2. Contextos e desafios das políticas culturais: uma análise do Programa Cultura Viva (PCV)

Compreender os desafios atuais da comunicação na área cultural requer o entendimento de um dos principais marcos das políticas culturais no Brasil: o Programa Cultura Viva (PCV). A implantação desse programa - que mais tarde se tornou uma política nacional¹⁶ - inaugurou o que chamamos de **gestão compartilhada**, isto é, uma forma de

¹⁵ Trata-se da Instrução Normativa MinC Nº 10, de 28 de dezembro de 2023, que definiu a obrigatoriedade de se implementar ações afirmativas nos editais que utilizem recursos da Política Nacional Aldir Blanc. A Instrução determina reservas de, no mínimo, “vinte e cinco por cento das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas); dez por cento das vagas para pessoas indígenas; e cinco por cento para pessoas com deficiência”, incentivando ainda que cada ente amplie os percentuais e os grupos vulneráveis contemplados.

¹⁶ O Programa Cultura Viva foi transformado em Política Nacional de Cultura Viva pela Lei 13.018/2014, sancionada em julho de 2014. Ver mais em: BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em: 24 fev. 2025.

gerenciamento da cultura através da participação popular, sobretudo por meio de seminários de participação, planos, ouvidorias, fóruns, conselhos etc.

O Cultura Viva surgiu no primeiro governo Lula, em 2004, com a gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2008). Pela primeira vez na história das políticas culturais brasileiras, houve um olhar para a cultura como “necessidade social básica” (SILVA, p.101, 2022). Afinal, nas palavras do ministro Gil: “É preciso acabar com essa história de achar que a cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é ordinária! [...] Cultura é igual a feijão com arroz, é necessidade básica, tem que estar na mesa, tem que estar na cesta básica de todo mundo¹⁷”.

O principal diferencial desse programa seria a instalação dos chamados Pontos de Cultura (PC). Estes, por sua vez, consistem no “fortalecimento de grupos e iniciativas culturais já existentes nas comunidades urbanas e rurais do país através de apoio do MinC (...) sob a forma de repasse de recursos financeiros e técnicos, suporte institucional e facilitação das ações de troca de informações” (LACERDA, p. 09, 2010). Ou seja, foi uma tentativa do governo de descentralizar as suas ações e alcançar públicos também fora dos centros urbanos do país.

Entretanto, para melhor elucidar esse período, tentaremos contextualizar historicamente o cenário que se encontrava o setor cultural no Brasil antes da chegada do Gil em 2003. Antes de tudo, é preciso ressaltar que “a história das políticas culturais no Brasil, até a chegada do século XXI, teve seus pontos altos, contraditoriamente, nos períodos de governos autoritários” (CALABRE, 2019, p.59). Assim sendo, durante a Era Vargas e a Ditadura Civil-Militar, o Brasil viveu a implantação de políticas culturais, embora também tenha convivido com o autoritarismo e a repressão.

O Ministério da Cultura (MinC) só foi inaugurado oficialmente em 1985 (pela gestão Sarney), visto que antes disso era vinculado ao Ministério da Educação (MEC). No entanto, foi criado com um orçamento muito reduzido e poucos anos depois foi extinto novamente por Fernando Collor, em 1995. Nessa gestão neoliberal, surgiu a Lei Rouanet e a ideia da cultura como um negócio, ou seja, com políticas que se interligam com a iniciativa privada através de leis de incentivo (CALABRE, 2019). Foi nesse cenário devastado que o governo PT se deparou ao ocupar a pasta da cultura.

¹⁷ GIL, Gilberto. **Entrevista concedida à Reuters**, Paraty, 2003. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=Qeb2L3oZpzc>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Com isso, o primeiro passo desse novo ministério foi entender a situação atual desse setor e quais as principais dificuldades enfrentadas, sobretudo com orçamentos. Foram realizados seminários e muitas pesquisas avaliativas. Como discutido acima, em 2004, com a criação do Cultura Viva, surgiram os Pontos de Cultura para consolidar o compromisso da descentralização da gestão cultural. Mas, quais foram os principais desafios enfrentados com a implantação desse programa?

Segundo um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2010¹⁸, uma das principais motivações para ingressar ao PCV através dos Pontos de Cultura foi a busca por recursos (49%). Ou seja, conforme foi discutido acima, estávamos diante de um ministério que se encontrava retomando suas atividades e que historicamente quase nunca teve recursos financeiros. Com isso, a implantação dos PC seria não apenas uma forma de promover democratização da cultura à sociedade civil, como também uma forma de dar suporte técnico e financeiro.

Nesse mesmo relatório, foram levantadas as maiores dificuldades com os pontos, são elas:

- a) atraso no repasse dos recursos;
- b) insuficiência de recursos;
- c) complexidade dos procedimentos (formulários, prestação de contas etc).

Nesse último tópico, notamos um desafio que atravessa o setor financeiro, isto é, um desafio estrutural que também é de leitura, escrita e, sobretudo, de comunicação. Em tese, os PC deveriam exercer o papel de facilitar a comunicação entre governo e sociedade civil fora dos centros, descentralizando as políticas. Porém, a burocratização excessiva criava uma barreira na comunicação entre os gestores culturais e o MinC, dificultando a transmissão das informações para a população.

Em relação à elaboração de projetos de trabalho, sobressaíram alguns problemas: excesso de exigências (15%), dificuldades de compreensão do edital (15%), requisição de muitos documentos (11%), contrapartidas (12%), dificuldades de esclarecimentos de dúvidas com o MinC (10%). Assim, podemos perceber que esses entraves decorrem da falta de uma

¹⁸ Em 2007, foram utilizados como base para a pesquisa 386 dos 526 Pontos de Cultura que estavam distribuídos pelos Estados e Municípios. Isso porque, o restante estava desativado ou inativo. Ver mais em: SILVA, Frederico Barbosa da et al. **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília : Ipea, 2010, p.36.

comunicação cidadã em linguagem acessível, já que os mecanismos de gerenciamento institucionais (como os editais, por exemplo) trazem critérios e explicações repletas de "burocratês"¹⁹.

No relatório Ipea do redesenho do PCV²⁰ (2012), foram listadas novamente algumas das principais dificuldades do PCV entre os anos de 2004 e 2012. Dentre as várias observações, o que mais prevalece é a **estrutura burocrática inadequada** constante nos procedimentos. Essas estruturas provocam uma operacionalidade deficiente tanto para os gestores, quanto para a sociedade civil, já que ambos não conseguem compreender e usufruir das políticas culturais promovidas pelo governo.

TABELA 1
Dificuldades do Cultura Viva

Componente	Descrição do problema
Recursos humanos	Falhas na estrutura interna burocrática para gerenciamento de editais e convênios, agravadas pela falta de funcionários liberados e alta rotatividade de equipe.
Convênios	Falta de experiência burocrática, de diagnóstico de demanda, de monitoramento contínuo e de integração com participação social.
Editais de Prêmios	Instruções deficientes e uso de prêmios como alternativa limitada aos convênios.
Editais de Bolsas	Instrução precária quanto aos procedimentos burocráticos decorrentes das obrigações constantes dos editais.
Sustentabilidade do PCV	Burocracia inconveniente, dificultando a execução do programa e a participação da sociedade civil.
Redes	Falta de definição sobre membros, papéis, comunicação e cooperação das redes, além da necessidade de fortalecer a confiança entre os atores.

FONTE: IPEA, 2012, p 79.

Assim, podemos perceber que os problemas ligados à burocratização, à falta de comunicação e ao orçamento persistem. Porém, com o terceiro governo Lula (2023-2026), na tentativa de reconstruir novamente o MinC, foi instituída a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Por meio dessa política, “será possível investir regularmente em projetos e

¹⁹ É um termo informal que se refere à linguagem dos burocratas, que pode ser difícil de entender para o público em geral.

²⁰ BARBOSA DA SILVA, Frederico et al. **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2012, p.78-79.

programas, não só de modo emergencial, como foi na Lei Aldir Blanc 1 e na Lei Paulo Gustavo” (BRASIL, 2022, p.04)²¹. Agora, a União entregará aos estados e municípios o valor de três bilhões de reais por ano.

Mas, diante dessa nova gestão, que teoricamente resolveria os problemas orçamentários, ainda persistem muitos entraves que eram recorrentes nos relatórios anteriores do PCV. Ou seja, uma extrema dificuldade de comunicação entre o governo, os gestores culturais e a sociedade civil. Para compreender melhor as dificuldades atuais, resgatamos os desafios enfrentados na gestão do ex-ministro Gilberto Gil, com o objetivo de reconhecê-los e, assim, propor boas práticas nos tópicos a seguir.

3. Práticas comunicacionais dos comitês estaduais (PNCC)

Levando em conta o fator participativo e a função de comunicação de direitos e processos culturais designada aos comitês, estabelecemos três categorias para avaliar suas práticas:

a) práticas verticais – aquelas mais próximas do difusionismo, que reproduzem comunicados de instituições locais ou do MinC, ou divulgam eventos do próprio comitê sem fornecer explicações significativas ou contextualizações para pessoas de fora do circuito (como uma publicação divulgando o local de uma sessão de apresentação pública do comitê);

b) práticas explicativas – aquelas que disponibilizam informações e tutoriais relacionadas às políticas públicas ou a ações do próprio comitê, de modo a facilitar a participação da sociedade civil (como publicações explicando o que é um edital e quais seus critérios);

c) as práticas horizontais – na qual são agrupadas as iniciativas coparticipativas ou de fortalecimento de movimentos culturais, como festas populares e festivais organizados por coletivos de uma região.

²¹ BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)**. Brasília, DF: MinC, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnab/copy_of_cartilha012510online1.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

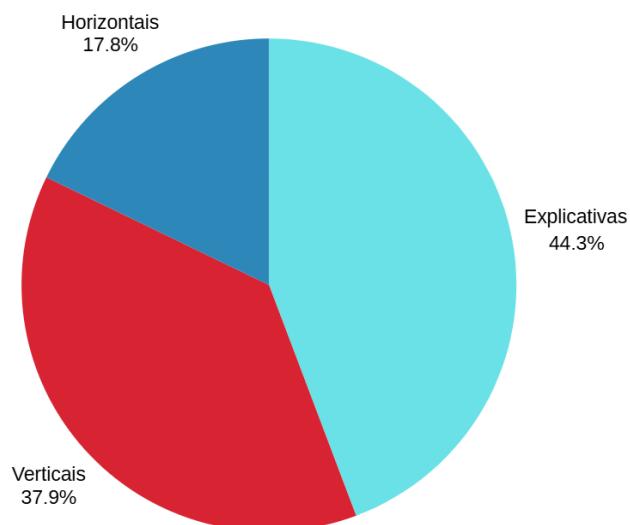


FIGURA 1 - Gráfico de classificação das práticas comunicacionais

FONTE: As autoras (2025). N = 2732. Levantamento realizado até 17/02/2015, na plataforma Instagram.

Ao contrário da hipótese inicial, notamos que a ênfase em explicar noções próprias do campo da cultura tem superado as posturas difusãoistas, e correspondem a cerca de metade (44,3%, n = 1186) de todas as publicações realizadas no Instagram. Ainda assim, segue minoritária a ênfase comunicacional horizontal (n = 477), justamente aquela responsável por possibilitar trabalhos em rede e a consolidação de um movimento de reverberação e solidificação dos significados das políticas públicas junto a diferentes fazedores de cultura. Com isso, mantém-se uma função comunicativa de polo unilateral, uma vez que a interlocução comitê/movimentos encontra um espaço frágil para se materializar (17,8%, menos de um quinto da plataforma dos comitês nesta rede).

A distribuição dessas práticas não é equitativa entre os 25 comitês. Enquanto alguns praticamente não realizam práticas horizontais, outros trazem visibilidade à tessitura de redes socioculturais. Nesse sentido, destaca-se o Comitê Estadual da Paraíba. A organização estruturou uma editoria específica para “Mobilização” em meio ao fluxo de conteúdos de seu Instagram. Com ela, o perfil atua como voz colaborativa na divulgação de reuniões de políticas públicas, marchas e encontros culturais.



FIGURA 2 - Editoria de Mobilização promovida pelo Comitê de Cultura da Paraíba
Disponível em: <https://www.instagram.com/comitedeculturapb/>.

Além disso, também publiciza o “Boletim Balaio”, informativo digital que comunica as ações culturais do Comitê e dos movimentos do território em parceria com a Associação Cultural Balaio Nordeste, propiciando acesso informacional e memória organizativa (Peruzzo, 2022).

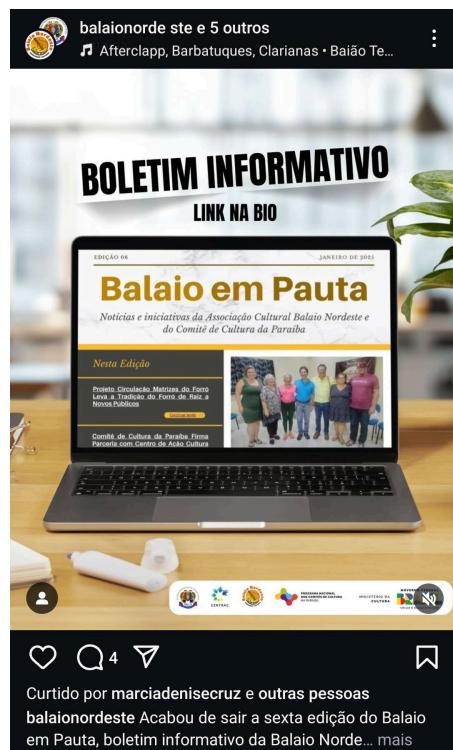


FIGURA 3 - Boletim “Balaio em Pauta”
Disponível em: <https://www.instagram.com/comitedeculturapb/>.

O trabalho desse comitê fornece apoio e impulsionamento a partir do ambiente plataformizado, disseminando com o formato de chamada para mobilização uma linguagem de politização importante tanto aos circuitos da cultura, quanto dos movimentos sociais negros, feministas, da juventude e de trabalhadores. Essa cadeia de reverberação é um dos elos possíveis de inserção dos Comitês de Cultura a uma economia política da comunicação em bases populares e decoloniais.

Em relação à disponibilização de outros canais de interação, verificamos práticas limitadas de entrosamento:

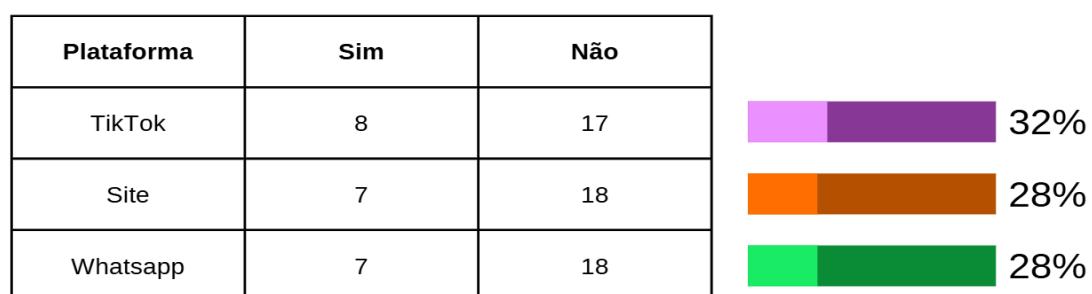


FIGURA 4 - Utilização de outras plataformas e mídias (TikTok, Sites próprios, Whatsapp).
FONTE: As autoras (2025). N = 25.

Identificamos que aproximadamente um terço dos comitês começou a desenvolver estratégias multilinguagens, ingressando no TikTok, rede social mais recente e menos difundida que o Instagram no âmbito da comunicação de organizações públicas. No entanto, mesmo esses comitês apresentam práticas retraídas, estabelecendo presenças digitais limitadas ao não alimentar seus canais no TikTok ou simplesmente reproduzir conteúdos do Instagram. Ainda, a baixa adesão a canais complementares, como o Whatsapp, dificulta a construção de relações diretas entre comunidades cujos hábitos digitais e possibilidades de acesso escapam ao uso do Instagram. O potencial de um atendimento pessoalizado e dinâmico fica igualmente comprometido.

4. Boas práticas

Com base nas questões analisadas acima, selecionamos práticas de 16 perfis de Instagram que apresentam engajamento público (nas métricas de total de seguidores ou comentários), entre OSC's, lideranças comunitárias e comitês²².

TABELA 2
Boas práticas

Ações	Descrição	Exemplos
Divulgação colaborativa e apoio logístico entre comitês e movimentos culturais	Esta estratégia supera a difusão unilateral de informações institucionais. Ela tem o objetivo de estabelecer uma rede de suporte mútuo, na qual os comitês atuam como amplificadores das vozes, demandas e expressões culturais dos movimentos sociais locais. A estratégia reconhece a indissociabilidade entre cultura e outras dimensões da vida social, legitimando diferentes formas de participação política e manifestação cultural enquanto fortalece a capilaridade dos próprios comitês e potencializa seu papel formativo nos territórios, uma vez que os saberes das OSCs integrantes pode ser mobilizado para articular as atividades em colaboração (festivais e oficinas, em especial).	O Comitê do Pará divulga ativamente marchas organizadas por movimentos locais, como marchas pela conscientização da crise ambiental, e publicações de apresentação de celebrações culturais locais
Plataformas de amplificação	Elas podem ser mantidas por comitês, OSC's ou por associações entre múltiplos atores de um território, com gestão compartilhada. Elas permitem agrregar conteúdos e potencializar vozes de diferentes atores e movimentos culturais, podendo servir para promover campanhas de letramento social sobre direitos específicos, aproximar agentes e coletivos culturais para trabalhar em redes de colaboração, e	A plataforma Megafone Ativismo reúne ativistas pelo clima e pelas culturas indígenas. A página de Instagram reposta materiais de integrantes da rede de ativismo e produz séries temáticas de conscientização sobre direitos ou denúncias.

²² Perfis de Instagram analisados: @culturapresente; editalis.app - Editais e Projetos Culturais; culturavivasp; forum.cultura - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; mestramarilenerodrigues; redenacionalcultura; pontosdecultura; perifasustentavel; iniciativapipa; megafoneativismo; museudasfavelas; slAMDASguriasewb; ninadhora; comitedecultura.pa; comitedecultura.pr; utopia_negra; txaisurui.

	<p>impulsionar seus alcances. Ao centralizar e dar visibilidade sistemática a estas produções, as plataformas contribuem tanto para formar um acervo vivo de narrativas e demandas dos territórios quanto para educar e mobilizar a sociedade sobre seus direitos culturais.</p>	
Acesso informacional	<p>O acesso informacional diz respeito a estratégias que asseguram que uma pessoa terá facilidade em compreender o que um movimento cultural ou comitê realiza de maneira satisfatória e simples.</p> <p>Para isso, sugere-se utilizar vídeos explicativos no formato de relatos, experiências de êxito e entrevistas. Esses formatos estabelecem um canal direto e personalizado com os interlocutores, humanizando o contato institucional e tornando os conteúdos mais acessíveis.</p> <p>Também indica-se disponibilizar uma página institucional (site). Esse formato serve como um repositório organizado e atualizado para documentos, editais, perguntas frequentes e registro de ações realizadas, o que, além de facilitar o acesso à informação, favorece a transparência, a formação de parcerias e a compreensão de novos públicos sobre a atuação dos comitês.</p>	<p>A OSC Utopia Negra e o Instituto Periferia Sustentável utilizam vídeos com relatos e entrevistas curtas para abordar suas pautas. A plataforma Megafone Ativismo disponibiliza um site com informações detalhadas de processos de inscrição e o acervo de editais e ações prévios.</p>
Introdução de inovações para possibilidade de propositura de editais e projetos orais	<p>Criar editais acessíveis, na modalidade oral, permitindo a apresentação de ideias de forma clara e direta, com suporte informativo para engajar diversos públicos. Essa técnica oferece novas oportunidades para que atendam às necessidades da comunidade que não possui escolaridade ou não possui cultura de escrita. Esse processo pode incluir o uso de tecnologias digitais para facilitar a apresentação de propostas, como plataformas online de submissão, lives e até espaços de co-criação onde os proponentes podem</p>	<p>Uma prefeitura ou um órgão governamental pode lançar um edital em formato de um vídeo curto, permitindo que os proponentes sejam comunicados da política pública cultural através de narrativas visuais e inclusivas. Esse vídeo pode ser lançado em plataformas digitais, ou mesmo em formato de pequenos vídeos curtos em redes sociais como <i>Instagram</i> e <i>TikTok</i>.</p>

	trabalhar em suas ideias com a ajuda de outros.	
Parcerias com OSCs, instituições de ensino e influenciadores locais	<p>Estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), instituições de ensino e influenciadores locais pode potencializar a eficácia dos projetos propostos. As OSCs trazem conhecimento sobre as necessidades da comunidade, enquanto as instituições de ensino podem contribuir com pesquisa, extensão e tecnologia. Influenciadores têm o poder de mobilizar e engajar a comunidade, aumentando a visibilidade dos projetos.</p>	<p>Um projeto que visa a educação ambiental pode se beneficiar da parceria com uma OSC especializada em conservação, também com uma universidade que dispõe de projetos ou laboratórios na área ambiental. Por fim, seria interessante articular com um influenciador local que possui um canal de mídia social focado em sustentabilidade. Essa colaboração pode resultar em fóruns, workshops e campanhas que engajam a comunidade em torno do tema, promovendo a conscientização e a ação.</p>
Colaboração com Termos de Execução Descentralizada (TEDs)	<p>Estabelecer um sistema de colaboração com TEDs em Institutos Federais e Universidades, para que as instituições possam descentralizar sua atuação, ampliando o alcance dos projetos e considerando as especificidades regionais para garantir o engajamento local nas decisões.</p>	<p>O Laboratório de Cultura Digital (LabCD) da Universidade Federal do Paraná exemplifica como a colaboração através de TED pode facilitar a implementação de projetos culturais inovadores e inclusivos. Esse Lab é vinculado ao Comitê de Cultura do Paraná. Nesse contexto, o MinC disponibiliza recursos financeiros que permitem ao laboratório desenvolver metodologias ágeis e adaptadas às necessidades da comunidade. Enquanto o comitê faz assessoramento de projetos, o LabCD pensa metodologias, a exemplo do método Propulsão Cultural.</p>

FONTE: As autoras (2025).

Considerações Finais

Mobilizando referenciais da comunicação alternativa, democrática e popular, e da comunicação decolonial, analisamos desafios em dois momentos das políticas culturais, o Programa Cultura Viva e o Programa Nacional dos Comitês de Cultura. Entre eles, questões centrais foram sanadas, como as lacunas de orçamento e de organização das responsabilidades dos atores da cultura. O objetivo de capilarização que moveu o modelo de Pontos de Cultura ganhou novo fôlego com a implantação de comitês estaduais e segue em expansão também pela atuação dos Agentes Territoriais de Cultura.

Ainda assim, verificamos a persistência de práticas comunicacionais difusãoistas, verticalizantes, e lacunas na integração desses comitês com os movimentos culturais de seus territórios. Entendemos que essa tendência dificulta o engajamento de grupos populacionais ainda afastados do letramento em direitos culturais e fragmenta o potencial de impacto dessa política pública na consolidação de redes socioculturais vivazes.

Para resolvê-la, é prioritário desenhar uma metodologia que considere os princípios da comunicação popular e democrática, sua perspectiva participativa e, ainda, que considere as especificidades das interfaces de cada rede digital e os hábitos digitais da população em sua multiplicidade sociodemográfica. No campo etnográfico, identificamos estratégias notáveis de potencialização da comunicação popular por meio de articulações entre comitês, movimentos culturais e organizações da sociedade civil, como as editorias desenvolvidas pelo Comitê de Cultura da Paraíba, que se destacam pela possibilidade de coordenar ações online e offline de impacto.

A baixa adesão a outros meios de comunicação (Whatsapp, sites, TikTok) e a menor utilização de vídeos reforçam a tendência de baixa interatividade. As práticas de comunicação oral e os canais de comunicação diretos, como o atendimento por mensagens, confluem com a “cultura do encontro, da convivência, do diálogo e da democratização nas relações comunicativas”, noções alinhadas com a premissa de descolonização da comunicação e das políticas públicas. Da mesma forma, a dinamicidade dessas plataformas potencializa estratégias de mobilização das juventudes e, no caso do Whatsapp, a acessibilidade digital, dada a difusão e o menor custo da ferramenta.

A partir deste diagnóstico, é possível passar a articular percursos formativos integrados de comunicação digital para Comitês, Agentes Territoriais de Cultura e movimentos culturais. Assim, identificamos que as metodologias diagnósticas tecidas pelas vias da comunicação

popular e decolonial são ferramentas que possibilitam construir um horizonte de trabalho colaborativo para a efetivação da agenda de políticas públicas de cultura em curso. Isso consolida a comunicação como peça chave quando debatemos a efetividade das políticas culturais e, portanto, elemento prioritário para as agendas de proteção ao direito à cultura no Brasil.

Referências

AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. **IMPERATIVO DECOLONIAL E A DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA DA COMUNICAÇÃO.** In: ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/imperativo-decolonial-e-a-desobediencia-epistemica-da-comunicacao?lang=pt-br>>. Acesso em: 23 Fev. 2025.

BARBOSA DA SILVA, Frederico *et al.* **Relatório Redesenho do Programa Cultura Viva.** Brasília: IPEA, 2012.

BENTES, Ivana. **Redes colaborativas e precariado produtivo.** In: Caminhos para uma comunicação democrática. São Paulo: Le Monde Diplomatique: Instituto Paulo Freire, 2007.

BENTES, Ivana. **CULTURA DE REDES E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.** Observatório Itaú Cultural, n. 19, 2016.

BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 10, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.** Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnab/copy_of_IN1_merged.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.** Institui a Política Nacional de Cultura Viva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).** Brasília, DF: MinC, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnab/copy_of_cartilha012510online1.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CAETANO, Liliane Monteiro. **A comunicação pública e a rede: podemos o que queremos?** In: MATOS, Heloiza (org.). Comunicação pública : interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo : ECA/USP, 2012.

CASSELA, Vinicius. “**Margareth Menezes Assume a Cultura E Defende Que Pasta “‘Nunca Mais’ Deixe de Ser Ministério”.** G1, 2 Jan. 2023, Disponível em: g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/margareth-menezes-assume-como-ministra-da-cultura.ghtml.

GIL, Gilberto. **Entrevista concedida à Reuters**, Paraty, 2003. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=Qeb2L3oZpzc> . Acesso em: 11 fev. 2025.

GOMES, W. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras (Unisinos), São Leopoldo, vol. VII, nº 3, p.214-222, setembro/dezembro, 2005. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>. Acesso em: 19 dez. 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexism na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GUZMÁN, Tracy Devine. **Direitos Indígenas e Diversidade Cultural: Em Busca De Um Diálogo Transcontinental**. Revista Observatório Itaú Cultural, n. 20, 2016.

MASTRODI, Josué; AVELAR, A. **O conceito de cidadania a partir da obra de T. H. Marshall: conquista e concessão**. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 17(33): 3-27, jul.-dez. 2017.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LARA, Eloína; TORRICO, Erick; CEBRELLI, Alejandra (Ed.). **Pensares y haceres para una comunicación decolonial**. Quito: Ciespal, 2023.

MILET, Marc. **Grupos de interesse e movimentos sociais**. p. 412-430. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (org). Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC)**. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/programa-nacional-dos-comites-de-cultura> . Acesso em: 23 fev. 2025.

REZENDE, Camila *et al.* **Estamos na mesma página? Contexto, aplicação e possibilidades de uma política nacional de linguagem simples**. Curitiba: Laboratório de Cultura Digital – UFPR, 2024. Relatório técnico apresentado ao Ministério da Cultura.

SILVA, Frederico Barbosa da *et al.* **Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania**. Brasília : Ipea, 2010, p.36.